

Brasil

Um país à deriva

Claudia Safatle



Há fortes indicações de que a recuperação em V foi curta, durou dois trimestres (terceiro e quarto trimestres de 2020) e perdeu fôlego. Um voo de galinha já bem conhecido dos brasileiros, animado pelo vigoroso programa de auxílio emergencial que beneficiou mais de 70 milhões de pessoas e que se encerrou em dezembro.

Segundo os prognósticos da economista Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, o cenário desenhado para este novo ano é ruim para o primeiro semestre, quando a atividade ainda estará em contração, mas melhora no segundo, de maneira que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) encerraria o exercício em 3,5% — percentual insuficiente para repor a recessão estimada de 4,5% no ano passado. Como o carregamento estatístico responde por cerca de 2,5%, o efetivo crescimento este ano, segundo as previsões do Ibre, deverá ser de apenas 1%.

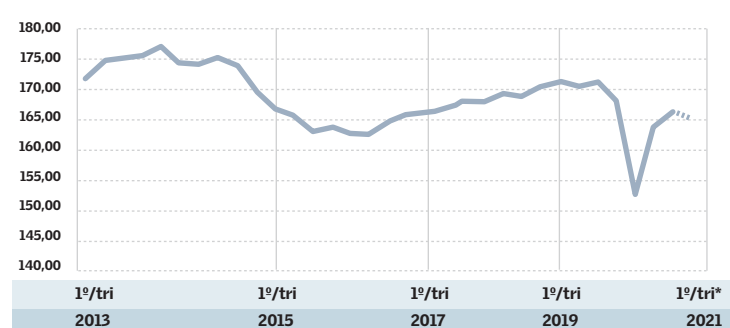
Recuperação da economia em "V" teve curta duração

Tudo vai depender, porém, do sucesso (ou fracasso?) da vacinação contra a covid-19. Quanto mais incerta e demorada for, maior será a perda de PIB (Produto Interno Bruto). Os dados acima foram calculados com base em um processo de vacinação que envolveria grande parte da população no primeiro semestre. A partir do meio do ano, a situação seria de normalidade. As informações de atraso na obtenção do insumo necessário para a preparação das vacinas coloca mais dúvidas sobre o que poderá acontecer com o nível de atividade.

Há, ainda, uma grande heterogeneidade na performance dos diversos setores da economia, sobretudo o de serviços. Os serviços prestados às famílias e os serviços públicos, com o peso de educação e saúde — que respondem por quase um quarto do PIB —, com a pandemia estão contraindo muito em relação a 2019. No último trimestre de 2020, houve uma queda da atividade de 2,8%, segundo as previsões da economista, sobre igual período do ano anterior, com indústria crescendo, mas serviços caindo. Estes estão 25% menores do que eram antes da propagação da covid-19.

Desânimo econômico

PIB brasileiro em nível



Fonte: Ibre/FGV. * Projeção

Com o VALOR DIGITAL, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

ACESSE: VALOR.COM.BR



Desinformação ameaça campanha de vacinação entre povos indígenas

Daniela Chiaretti De São Paulo

Na aldeia guarani Te'yikue, em Caarapó, circula a informação que os índios que forem vacinados contra covid-19 virarão vampiros. Mensagens de whatsapp dizem que quem tomar vacina morre em seis meses e que os índios são cobaias, por isso são grupo prioritário na campanha de combate à pandemia. Repetem o que ouvem de religiosos — de que se trata da “marca da besta” e o que está na seringa é um “chip líquido”. O que se ouve entre guarani kaiowa e guarani nhandeva no Mato Grosso do Sul também sobe os rios da Amazônia e são mentiras que se alastram nas aldeias do Xingu. A forte onda de fake news causa medo e provoca resistência à vacinação em povos indígenas em todo o Brasil.

Segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), referência nacional do movimento indígena, 46.355 índios de 161 povos foram confirmados com covid-19 desde o início da pandemia. Morreram 928, entre eles lideranças como o cacique Arítana, do Alto Xingu. O número real é muito maior, porque não contabiliza os que morreram nas aldeias, sem notificação oficial.

Sofrem particularmente os índios não aldeados. São os que vivem nas cidades, na beira das estradas e em territórios não homologados pela União. Nestes casos, não são atendidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), braço do SUS criado em 2010 para dar atenção básica aos índios. Segundo estudo feito por pesquisadores da Universidade de Pelotas, a prevalência do coronavírus entre índios urbanos é cinco vezes maior da encontrada entre não índios.

Para proteger as etnias e ocupar o vácuo de informação do governo, associações indígenas e indígenas preparam o contra-ataque ao movimento antivacina que, denunciam, parte de políticos e pastores evangélicos. “O discurso bolsonarista está forte entre os tucanos, no Amazonas, e parte dos caiapó”, diz uma fonte. Ocorre entre os tenharim do Amazonas, avança pelos macuxi em Roraima e é conversante entre guajajara no Maranhão. Pode limitar a vacinação dos 305 povos indígenas do Brasil diante do temor de que se trate de uma campanha de extermínio promovida pelos não índios.

“Não podemos negar que a vacina renova a esperança dos povos indígenas de ter uma medida preventiva eficaz. Mas precisamos de um trabalho intenso para combater a desinformação”, disse ao Va-



Eliel Benites, do povo kaiowá: “A desinformação sobre a vacina é o grande nó que enfrentamos atualmente”

lor Sonia Guajajara, coordenadora-executiva da Apib.

A entidade deflagra hoje uma campanha de comunicação com vídeos de lideranças tomando a vacina ou estimulando a atitude, a “Vacina, Parente!”. O esforço tem outras frentes. Pretende fazer pressão para que o governo federal vacine todos os índios, e não apenas os aldeados acima de 18 anos, como está no plano. “A intenção é construir narrativas que enfrentamos atualmente”, diz o guarani kaiowa Eliel Benites, professor da Universidade Federal da Grande Dourados e morador da aldeia guarani Te'yikue. Na reserva vivem cinco mil indígenas em área de 3.594 hectares. Ele explica que os guarani acreditam que as doenças surgem de feitiços, de espíritos maus, e que as fake news reforçam a crença. “Isso chega na aldeia e é interpretado como verdade”, diz. Para piorar o quadro, os guarani são alvo de preconceito na região. Mensagens agressivas questionam porque “índios

que não têm serventia”, são os primeiros a ser vacinados. “Não vimos nenhum tipo de campanha de informação aos índios”, diz a antropóloga Tatiane Klein, do Centro de Estudos Ameríndios da USP, pesquisadora dos guarani no Mato Grosso do Sul. Tatiane e Eliel estão à frente da iniciativa de divulgar, em língua guarani, uma campanha por Whatsapp sobre os benefícios da vacina. Em nota ao Valor, o Ministério da Saúde, via Sesai, disse que desde 2020 “vem sendo realizado trabalho de conscientização nas aldeias”. A vacinação entre os indígenas aldeados começou na terça-feira, dia 19. A estimativa do Ministério é vacinar 410 mil indígenas (aldeados e maiores de 18 anos) e 20 mil profissionais de saúde que atuam nas comunidades. As campanhas de vacinação indígena costumam acompanhar as iniciativas nacionais. Há 47 anos povos indígenas são vacinados contra varíola, sarampo, gripe e recentemente H1N1.

“A discussão da vacina é muito tardia no Brasil e a política do Ministério é pouco transparente. Não há diálogo”, diz a médica sanitária Ana Lúcia Pontes, coordenadora do GT de saúde indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Ela lembra que só em Manaus estima-se que existam 30 mil índios que não serão priorizados pelo plano do governo.

“Muitos parentes não querem tomar a vacina”, diz Aurélio Tenharim, liderança do Amazonas. “Parente” é a expressão usada entre eles para denominar indígenas de todas as etnias e se diferenciar dos não-índios. “Os parentes dizem: ‘Se o presidente diz que não vai tomar a vacina porque diz que não precisa, porque eu vou tomar?’, conta. Militante da saúde indígena há 22 anos, assessor do gabinete do coordenador do distrito que acompanha a execução das campanhas, Aurélio diz que teve covid há pouco e faz questão de ser o primeiro a ser vacinado na região. “Para mostrar aos parentes que é seguro tomar a vacina”.

A vacinação começa hoje no povo Humaitá onde está Aurélio. São 26 aldeias sendo 12 tenharim, onde moram 836 pessoas. Vivem no Amazonas às margens da Transamazônica, que corta a terra indígena ao meio. “É fácil para não-indígena ter acesso à aldeia”, diz. Não houve mortes por covid mas agora há índios muito doentes.

A logística é complexa para atender os ianomami espalhados em nove milhões de hectares no Amazonas e Roraima. Rômulo Pinheiro, coordenador do Distrito Yanomami, diz ter 12.600 doses para os ianomami em Roraima e seis mil para os que vivem no Amazonas. Em três meses espera ter vacinado todos com mais de 18 anos.

Documento de vacina foi enviado, dizem russos; Anvisa nega

De Genebra, São Paulo e Brasília

O Fundo Soberano da Federação da Rússia, que coordena o desenvolvimento da vacina Sputnik V, assegurou ontem que informações adicionais foram fornecidas ontem à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na sua busca por uso emergencial no país. A agência afirma, porém, que não houve pedido de uso emergencial e não foram apresentados documentos novos para a autorização de pesquisa no Brasil em reunião feita ontem.

Segundo apurou o Valor, a reunião resultou em avanço importante nas conversas entre a agência reguladora e a União Química, parceira local dos russos, mas ain-

da não houve sinalização clara de quando o pedido de uso emergencial será apresentado. Um novo encontro, dessa vez entre técnicos, ficou marcado para hoje.

De acordo com a farmacêutica, a orientação da Anvisa, em ofício da semana passada, é que os documentos só fossem apresentados depois da reunião de ontem.

“As informações já foram dadas na noite passada [quarta-feira]. Temos grande demanda no Brasil e esperamos resolver qualquer questão no Brasil nas próximas duas semanas”, afirmou o CEO do Fundo, Kirill Dmitriev, em resposta ao Valor durante briefing com a imprensa internacional ontem.

Na semana passada, a Anvisa alegou que não podia fazer o exa-

me de admissibilidade da vacina russa porque a União Química não teria entregue a documentação mínima necessária para o início da análise. Em seguida, o fundo russo reagiu dizendo que a demanda de informações adicionais pelo regulador “é um procedimento padrão e não significa uma recusa de registro”.

O objetivo do encontro de ontem foi acompanhar e trocar informações com o laboratório sobre o desenvolvimento da vacina. Esse tipo de encontro faz parte da estratégia que a Anvisa tem adotado com todas as empresas que pretendem ter vacinas autorizadas no Brasil. Na reunião, os representantes da União Química afirmaram que estão interessados em cum-

prir todas as etapas regulatórias exigidas pela Anvisa para avançar com os estudos clínicos no Brasil.

Sob pressão pela demora na aquisição de mais vacinas para o país, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse ontem que nas próximas semanas haverá uma “avalanche” de propostas chegando ao Brasil. Ponderou, contudo, que a escolha será feita com cautela, sempre considerando a segurança e a eficácia dos imunizantes.

Mais 1.335 pessoas morreram no país ontem por covid-19, com alta de 16% na média móvel semanal, segundo o consórcio dos veículos de imprensa. O número de novos casos foi de 59,9 mil. (Assis Moreira, Ana Paula Machado, Hugo Passarelli e Murillo Camarotto)

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Airfinity A3	BNDESpar B2	Disney B6	Intel B6	OceanPact Serviços	Targus Energia B2
AlphaVille Urbanismo C3	BR Distribuidora B2	EDF Renewable B2	ISS B3	Maritimos C1	Tivit B2
Alvean B8	Bradesco A6, C1	Eldorado B1	Itaú A6, C1	Odebrecht B1	Tivv Süel A12
Amaggi C5	Braskem B2	eMarketer B6	J&F B1	Odebrecht Rodovias B1	Twitter B4, B6
Amazon B4	Brookfield B1	Emirates A3	J.P. Morgan C1	Odebrecht TransPort B1	UBS C1
Amazon Prime B6	Burger King B4	Eneva B2	Johnson & Johnson A6	Paper Excellence B1	União Química A2
Anglo American B2	Caixa A6	Farallon B1	LCA Consultores C1	Pátria Investimentos C3	Urbeplan C3
Arcos Dorados B4	Canadian Solar B2	Fitch B1	LoneStar B1	Petrobras A12, B1, B2	Vale A12, B1
ASA Investments C1	Cargill B3	Ford B3	MB Associados A5	Pfizer A6, A9	Vestas B2
Astrazeneca A3, A6	Carlyle C8	GaffneyCline B2	McDonald's B4	PGMBM A12	Volkswagen B3
Atvos B1	Casa dos Ventos B2	Gafisa B1	Mercedes-Benz B3	Plantae C1	Voltaia B2
Azul A3	CBN B6	Glass Lewis B3	Mitsui B1	Prada B4	Vulcabrás B2
B3 A12, B2	Cimento Tupi B1	Globo B6	Morgan Stanley B1	Red Hat B6	XP A6
Banco do Brasil C1	Citigroup C6	GloboPlay B6	Moura B2	Santander A6, C1	
Bank of America C1	CMPC B3	guide investimentos C1	Mubadala B1	Serum Institute A6	
Barrisul C5	Copel B2	Huawei A3	Netflix B6	Sinovac A3, A6	
BioTech A9	Copersucar B8	IBM B6	Nubank C1	Supervia B1	